

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 2 – TIPOLOGIAS DE CLASSE APLICADAS À REALIDADE BRASILEIRA
<b>Autoras</b>	Ana Paula Vasconcelos Gonçalves Marcela Fernanda da Paz de Souza Natália Leão
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo2">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo2</a>
<b>Título do livro</b>	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>Organizadores</b>	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2023
<b>Edição</b>	-
<b>ISBN</b>	978-65-5635-064-6
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## TIPOLOGIAS DE CLASSE APLICADAS À REALIDADE BRASILEIRA

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves<sup>1</sup>  
Marcela Fernanda da Paz de Souza<sup>2</sup>  
Natália Leão<sup>3</sup>

*A cada formação econômica social corresponde uma estratificação social e que, mesmo dentro dessa própria formação, em etapas diferentes de sua cristalização, variam as classes sociais.<sup>4</sup>*

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por desigualdades e há diferentes formas de tentar entender suas causas e suas consequências. Uma das possibilidades é fazer isso a partir da estratificação social, que classifica os indivíduos em grupos, ou classes sociais, para analisar suas condições socioeconômicas. A separação dos grupos sociais pode ser pensada com base em distintas características, por exemplo, renda, raça, escolaridade e ocupação.

A divisão das classes sociais está intimamente ligada à divisão social do trabalho. Na concepção marxista, as relações sociais estão imbricadas com o trabalho, por isso a exploração e a opressão são aspectos fundamentais para explicar as classes e seus conflitos. Assim, a posição de um indivíduo em dada classe está relacionada com sua posição no processo de produção capitalista (Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2003; Medeiros, 2004).

A visão weberiana sobre o tema não se restringe somente ao critério econômico, pois Weber afirma que as relações de poder e de prestígio também agregam os indivíduos em classes. No campo das desigualdades ocupacionais, as classes estão relacionadas com o nível de apropriação dos meios de produção pela capacidade de consumo e pela qualificação de serviço. Por exemplo, se o indivíduo ou o grupo têm a posse de algum meio de produção, quais são as suas condições financeiras para o consumo de bens e serviços e o quanto pode investir em suas qualificações para o mercado de trabalho (Weber, 1991; Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2003).

---

1. Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: anapaulavg@ufmg.br.

2. Professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais e líder do grupo de pesquisa Comunicação e Equidade. E-mail: marcela.souza@uemg.br.

3. Diretora de dados na *Gênero e Número*. E-mail: natalia.leao@generonumero.media.

4. Ribeiro (1978, p. 65).

Durkheim parte de uma concepção em que há dominância do coletivo sobre o indivíduo, e isso se reflete na concepção de classe. Em sua percepção, a divisão do trabalho também leva em consideração os valores da sociedade, fato que foi explorado pelo autor no livro *Da divisão do trabalho social* (Durkheim, 1991). Assim, diferentes classes sociais têm mais ou menos prestígio em função das profissões que são mais valorizadas na sociedade (Medeiros, 2004), e os indivíduos se sentem pertencentes a uma classe de acordo com a sua ocupação.

Baseada nesses autores clássicos, há uma corrente de pesquisadores contemporâneos (Giddens, 1973; Parkin, 1974) que entendem as classes sociais como um conjunto de condições de trabalho, recompensas e direitos. Há outros acadêmicos (Treiman, 1977; Duncan, 1979; Goldthorpe e Hope, 1972) que compreendem as classes sociais como ocupações hierarquicamente ordenadas de acordo com renda e educação (*status* ocupacional) ou prestígio ocupacional (escalas de prestígio). Mais recente, há debates que relacionam a estrutura de classe com aspectos culturais (Bourdieu, 2007), com a segregação residencial e racial (Wilson, 1978; 1993), com o local do trabalho e com a cultura laboral (Breen, 2005).

Esse debate sobre o conceito de classes sociais influencia a forma de mensurá-las, por isso há diferentes tipologias que visam agrupar as ocupações, ou seja, a profissão que os indivíduos desempenham por período determinado. Cada uma tem suas especificidades para se adequar aos estudos e às pesquisas propostos por distintos autores. Nesse caso, cabe ao pesquisador refletir sobre seu problema de pesquisa, através da teoria apropriada, para estabelecer qual será a ênfase do estudo e decidir qual tipologia ocupacional existente será empregada, ou até mesmo se terá a necessidade de adaptar as tipologias existentes ao seu problema de pesquisa.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo compilar as distintas tipologias de classe, sob a ótica da sociologia, usadas no Brasil em estudos recentes de estratificação e mobilidade social. Essa é uma contribuição metodológica para a área, pois este artigo busca ampliar o entendimento dos pesquisadores sobre como as desigualdades sociais vêm sendo mensuradas a partir das categorias socioeconômicas, sócio-ocupacionais e espaciais.

Este capítulo está organizado em três seções além desta introdução. A segunda seção tem o intuito de descrever as tipologias propostas por Nelson do Valle Silva, Maria Celi Ramos da Cruz Scalon, Carlos Antônio Costa Ribeiro, José Alcides Figueiredo Santos, pelos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles e por Adalberto Cardoso e Edmond Préteceille. A terceira seção sumariza as tipologias descritas com um quadro-síntese e a quarta seção apresenta as considerações finais.

## 2 TIPOLOGIAS DE CLASSES USADAS NO BRASIL

Este artigo não busca abordar todas as tipologias de classes já propostas e empregadas em estudos sobre desigualdade e estratificação social no Brasil. Não há pretensão de exaustividade. As tipologias descritas são as mais recentes, desde o final dos anos 1990 até os dias atuais. Para facilitar a leitura, foram criadas subseções para cada autor e sua respectiva tipologia de classes.

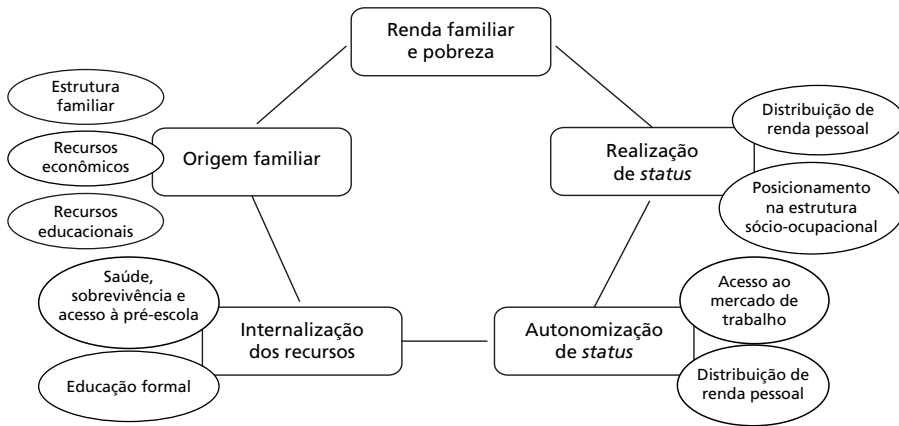
### 2.1 Nelson do Valle Silva: tipologia sócio-ocupacional

A tipologia de classes empregada por Nelson do Valle Silva tem como propósito evidenciar a ligação causal entre as diversas dimensões das desigualdades observáveis ao longo das etapas do ciclo de vida individual, buscando compreender a multiplicidade de modos e maneiras que propiciam a ocorrência da transmissão intergeracional da desigualdade social. O autor observa o indivíduo nas diferentes fases de sua vida, da condição do nascimento ao ciclo corrente, e coloca em evidência os elementos que podem gerar alterações em sua trajetória, isto é,

o foco analítico proposto leva em conta, explicitamente, que a estrutura desigual de recursos e de oportunidades sociais manifesta numa dada etapa do ciclo de vida tende a produzir um impacto causal nas etapas seguintes, chegando a ter, em algumas situações, uma feição de cumulação de desvantagens, o que pode potencializar a transmissão da desigualdade (Silva, 2003, p. 37).

Contudo, as distribuições e a transmissão de tais recursos e oportunidades também são compostas por determinantes exógenos, o que justifica as modificações nos níveis de desigualdades. Ou seja, o capital cultural e as credenciais por meio da educação dependem muito de componentes familiares, entretanto políticas públicas educacionais podem modificar a distribuição desses recursos e alterar as oportunidades de que os indivíduos dispõem. Partindo desse contexto, o esquema analítico proposto por Nelson do Valle Silva (1979) se estrutura a partir de cinco componentes descritivos das etapas do ciclo de vida, que podem ser vistos na figura 1.

**FIGURA 1**  
**Etapas do ciclo de vida**



Fonte: Silva (2003).  
Elaboração das autoras.

Os componentes que fazem parte das etapas do ciclo de vida proposto por Silva (2003) estão descritos a seguir, de acordo com a figura 1.

- 1) **Origem familiar:** este item aborda a situação de desigualdade em relação à situação social das famílias, levando em conta os recursos disponíveis a seus membros. As três dimensões adiante ganham destaque.
  - a) **Estrutura familiar (capital social):** refere-se não apenas à composição familiar, mas também à alocação diferencial de papéis entre seus membros. Considera as principais tendências, especificando os diferenciais de reprodução biológica.
  - b) **Recursos econômicos (capital econômico):** refere-se à análise da distribuição da renda familiar – total e *per capita* – e da evolução dessa renda no decorrer do ciclo de vida. Tais recursos podem ser captados não apenas pela renda, em reais, mas também pela situação de bem-estar material dos domicílios, observados pelas condições de moradia.
  - c) **Recursos educacionais (capital cultural):** é a distribuição da educação dos membros adultos da família, assim como os aspectos ligados ao consumo cultural, por exemplo, a presença de livros no domicílio.
- 2) **Internalização dos recursos:** é a fase do ciclo de vida que se remete ao intervalo entre a primeira infância e o fim da adolescência. Nessa fase, as diferenças na situação de origem são internalizadas na própria constituição física e mental dos indivíduos. Apresenta como referência as duas dimensões a seguir.

- a) Saúde, sobrevivência e acesso à pré-escola: são as desigualdades referentes à exposição diferencial aos riscos de morbidade e de mortalidade, assim como as desigualdades de acesso à instituição escolar que precede o ensino fundamental.
  - b) Escolarização formal: trata-se da estratificação educacional e da sua evolução no passado recente do ciclo de vida dos indivíduos. Não foca apenas os anos de escolaridade, mas leva em consideração as diferenças dos riscos de evasão e de repetência, isto é, refere-se ao tempo que os indivíduos dedicam para concluir uma credencial educacional.
- 3) Autonomização de *status*: é o momento da vida em que o jovem começa a se desligar da família e adquirir *status* social próprio. Baseia-se em duas dimensões, conforme resumido adiante.
- a) Acesso ao mercado de trabalho: a literatura sociológica que versa sobre educação e mercado de trabalho já consolidou a forte associação existente entre o nível educacional e a ocupação de entrada no mercado de trabalho. Além disso, o presente esquema analítico ainda considera a idade de entrada no mercado de trabalho e se ela coincide com o período de estudo, tentando captar a conciliação entre escola e trabalho.
  - b) Escolha marital: refere-se a uma fase também importante do ciclo de vida, a saber, a escolha do cônjuge e a constituição de novas famílias. Aqui se consideram as características sociais dos cônjuges – o chamado estudo da “endogamia” ou da “heterogamia”. O autor demarca essa análise importante, uma vez que determina o perfil social do núcleo familiar.
- 4) Realização de *status*: é o momento de referência ao indivíduo adulto com *status* próprio e autônomo. Duas dimensões permeiam essa fase do ciclo de vida, conforme a seguir relatado.
- a) Posicionamento na estrutura sócio-ocupacional: são as características da posição do indivíduo no mercado de trabalho. Leva-se em consideração uma análise da estrutura ocupacional no Brasil e sua evolução, examinando as desigualdades na distribuição das oportunidades de inserção ocupacional e de mobilidade intergeracional.
  - b) Distribuição de renda pessoal: é a distribuição da renda dos indivíduos, em que se analisa o papel dos fatores produtivos – educação e experiência – na determinação da renda pessoal. Além disso, também são considerados os fatores não produtivos – efeito determinante da cor, do gênero, da região ou da classe social – referentes aos fenômenos de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho.

- 5) Renda familiar e pobreza: é o retorno ao ponto inicial da situação familiar. Análise da renda familiar com foco nos principais fatores que a configuraram, principalmente a pobreza, sua magnitude e suas características sociais.

A partir desses componentes do ciclo de vida, o autor sugere que, ao aplicar o esquema analítico de classificação ocupacional, realize-se um mapeamento dos segmentos presentes no mercado de trabalho, com a finalidade de acompanhar as mudanças das desigualdades e da mobilidade entre tais segmentos, estabelecendo, assim, estratos ou classes ocupacionais.

Com base em levantamento histórico-conceitual acerca do mercado de trabalho brasileiro, o autor atentou para o tratamento desigual de situações socialmente distintas e significativas, assim como para a preocupação de que cada estrato identificado se caracteriza por relativa homogeneidade nas situações de trabalho e de mercado – em posições socioeconômicas semelhantes. Além disso, também priorizou uma *parcimônia classificatória*: “o número de estratos distinguidos não deveria ser nem muito reduzido, de forma a não violar o princípio da homogeneidade interna, nem muito elevado, para não se tornar operacional e analiticamente oneroso” (Silva, 2003, p. 48).

De acordo com as etapas do ciclo de vida, Silva (2003) busca construir uma classificação ocupacional com duplo objetivo, a saber: i) caracterizar a situação atual de trabalho dos indivíduos; e ii) acompanhar a trajetória de mobilidade social através da comparação da situação atual do indivíduo com a situação paterna ou com sua posição na entrada ao mercado de trabalho. Para atingir tal objetivo, o autor destaca uma limitação imposta pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a única característica comum aos componentes do ciclo de vida – origem familiar (ocupação paterna); entrada do indivíduo no mercado de trabalho (primeira ocupação); e ocupação atual do indivíduo, que é a *ocupação principal*. Dessa forma, a análise proposta é puramente ocupacional.

O autor utiliza como ponto de partida a classificação ocupacional do IBGE,<sup>5</sup> formulando um esquema de dezesseis grupos, estratos ou classes ocupacionais, conforme a seguir exposto:

- 1) profissionais liberais;
- 2) dirigentes;
- 3) proprietários empregadores;
- 4) outros profissionais universitários;
- 5) supervisores do trabalho manual;

---

5. A classificação ocupacional do IBGE conta com títulos ocupacionais detalhados e pode ser encontrada em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>.

- 6) ocupações técnicas e artísticas;
- 7) empresários por conta própria;
- 8) ocupações não manuais de rotina;
- 9) trabalhadores da indústria moderna;
- 10) trabalhadores de serviços gerais;
- 11) vendedores ambulantes;
- 12) trabalhadores da indústria tradicional;
- 13) trabalhadores nos serviços pessoais;
- 14) trabalhadores no serviço doméstico;
- 15) proprietários empregadores rurais; e
- 16) trabalhadores rurais.

A tipologia de classe exposta parte do agrupamento das categorias ocupacionais detalhadas do IBGE em uma dicotomia setorial: setor rural (setor primário) e setor urbano (setores secundário e terciário). Dentro de cada uma dessas categorias formadas, distinguiu-se entre trabalho manual e trabalho não manual (mental), o que deu origem a quatro estratos básicos. A posição da ocupação e o ramo de atividade são outros critérios relacionados somente com as profissões disponíveis nas pesquisas do IBGE que Silva (2003) utiliza para distinguir alguns trabalhadores de serviços e com as ocupações manuais das áreas urbanas, de acordo com as especificidades do mercado de trabalho brasileiro.

Com base nos quatro estratos básicos, o autor destaca a importância em diferenciar alguns grupos. Visando especificar as particularidades do processo de industrialização no Brasil, os trabalhadores em ocupações industriais se dividem em três subgrupos: indústrias modernas (eletrônica, mecânica etc.), indústrias tradicionais (alimentação, construção civil etc.) e artesanato.

Considerando a inserção desigual dos grupos de gênero e raça/cor no mercado de trabalho, os grupos ocupacionais próprios dentro das ocupações manuais do setor de serviços ganham evidência – trabalhadores no serviço doméstico, trabalhadores nos serviços pessoais e vendedores ambulantes.

Silva (2003) destaca como maior desafio a classificação das ocupações não manuais urbanas. Tais ocupações se encontram, em sua maioria, na divisa entre o trabalho manual e o não manual, sem nenhuma informação adicional que possa ser utilizada na diferenciação a que se refere a autoridade. Assim, a distinção possível é entre as funções técnicas e as administrativas.



Nas funções técnicas, destacaram-se as que requerem ensino superior. Entre elas, visando ao *status* social, diferenciaram-se as profissões liberais clássicas (medicina, engenharia, arquitetura, direito, economia e odontologia) de outras ocupações de nível superior.

No que se refere às funções administrativas, diferenciam-se os proprietários dos assalariados. Os assalariados são divididos em três subgrupos: funções de direção e administração (alto nível de autonomia decisória); funções administrativas de supervisão do trabalho manual (sem autonomia decisória); e funções de rotina e de escritório (sem autonomia decisória).

As ocupações mais problemáticas são as dos proprietários, subdivididos em três grupos: pequenos proprietários (representando a maioria entre os proprietários); empregadores; e empresários por conta própria. Silva (2003) destaca duas limitações fundamentais: i) não é possível diferenciar os pequenos dos grandes empresários; e ii) os empresários por conta própria abarcam apenas os proprietários do setor de serviços e comércio.

## 2.2 Maria Celi Ramos da Cruz Scalon: mobilidade social

A pesquisadora Celi Scalon discute a mobilidade social no Brasil com os dados da PNAD 1988 no livro *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências* (Scalon, 1999), que é fruto de sua tese de doutorado. Para entender tal fenômeno, a autora precisou discutir metodologicamente qual tipologia de classes seria mais adequada à sua análise. Seu objetivo com a proposta foi analisar a mobilidade social no Brasil, além de diagnosticar as possíveis desigualdades de gênero dentro de um sistema de estratificação por classes. Diante do que foi exposto, “é importante ressaltar que a definição de um esquema de classes está fortemente relacionada com os objetivos da pesquisa e ao contexto conceitual em que ela se inscreve” (Scalon, 1999, p. 49).

Ademais, a autora assumiu como pressuposto teórico a chamada classe estrutural abordada por Erikson e Goldthorpe (1992), “que prioriza a relação entre os estratos de acordo com a situação do mercado e a situação de trabalho em um lugar da posição assumida por eles dentro de uma hierarquia de *status*” (Scalon, 1999, p. 162). Contudo, o modelo de estrutura de classes proposto pelos autores precisou ser adaptado à realidade brasileira. Dessa maneira, os critérios para o agrupamento das ocupações partiram da tipologia proposta por Silva (1992), também usada por Hasenbalg e Salazar (1994), que agregam as ocupações em dezoito categorias, conforme identificado a seguir:

- 1) profissionais liberais;
- 2) dirigentes e administradores de alto nível;

- 3) profissionais;
- 4) funções administrativas (execução);
- 5) não manual de rotina e funções de escritório;
- 6) proprietários (empregadores) na indústria, no comércio e em serviços;
- 7) empresários por conta própria (sem empregados);
- 8) técnicos, artistas e supervisores do trabalho manual;
- 9) trabalhadores manuais em indústrias modernas;
- 10) trabalhadores manuais em indústrias tradicionais;
- 11) trabalhadores manuais em serviços em geral;
- 12) trabalhadores no serviço doméstico;
- 13) vendedores ambulantes;
- 14) artesãos;
- 15) proprietários (empregadores) no setor primário;
- 16) técnicos e administradores no setor primário;
- 17) produtores agrícolas autônomos; e
- 18) trabalhadores rurais.

Essa proposta de tipologia identifica diferenças e semelhanças nas categorias ocupacionais ao levar em consideração a estrutura de classe (ou estrutura ocupacional), tais como rural e urbano, manual e não manual e também setor de serviço e setor industrial. No setor industrial ainda foi feita uma subdivisão entre indústrias modernas e indústrias tradicionais. Também há diferenciação dos trabalhadores agrícolas e dos produtores autônomos, assim como categoria específica para ambulantes, artesãos e trabalhadores do serviço doméstico.

Entretanto, para usar algumas técnicas estatísticas, por exemplo, os modelos log-lineares, visando analisar a mobilidade social, a tipologia em questão se torna extensa, acarretando problemas para captar a mobilidade social. Por esse motivo, Scalon (1999) utilizou a análise de conglomerado para agrupá-las. O resultado do processo de agregação foi uma tipologia com nove categorias, conforme descrito no quadro 1.

**QUADRO 1**  
**Síntese das categorias propostas por Celi Scalon**

Categorias originais	Categorias resultantes
(1) Profissionais liberais (3) Profissionais	(1) Profissionais
(2) Dirigentes e administradores de alto nível (4) Funções administrativas (execução)	(2) Administradores e gerentes
(6) Proprietários (empregadores) na indústria, no comércio e em serviços	(3) Proprietários empregadores
(5) Não manual de rotina e funções de escritório (8) Técnicos, artistas e supervisores do trabalho manual	(4) Não manual de rotina
(7) Empresários por conta própria (sem empregados)	(5) Proprietários por conta própria
(9) Trabalhadores manuais em indústrias modernas (11) Trabalhadores manuais em serviços em geral	(6) Manual qualificado
(10) Trabalhadores manuais em indústrias tradicionais (12) Trabalhadores no serviço doméstico (13) Vendedores ambulantes (14) Artesãos	(7) Manual não qualificado
(15) Proprietários (empregadores) no setor primário	(8) Empregadores rurais
(16) Técnicos e administradores no setor primário (17) Produtores agrícolas autônomos (18) Trabalhadores rurais	(9) Empregados rurais

Fonte: Scalon (1999).

O agrupamento das categorias também levou em consideração a similaridade na estrutura de emprego, por isso todos os trabalhadores rurais foram agrupados em uma categoria, assim como os manuais qualificados e os não qualificados.

Cabe destacar que Ribeiro (2007) também precisou adaptar as tipologias existentes no Brasil para analisar a mobilidade social para os anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, conforme será descrito na próxima subseção. Contudo, ele também procurou adaptar a sua tipologia com o intuito de realizar comparações internacionais e analisar a mobilidade das mulheres.

### 2.3 Carlos Antônio Costa Ribeiro: mobilidade social

A partir dos estudos sobre classe sociais desenvolvidos por Silva (1979; 2003) e Scalon (1998; 1999), e inspirado na tipologia desenvolvida por Erikson e Goldthorpe (1992),<sup>6</sup> o pesquisador Carlos Antônio Costa Ribeiro (2007) propôs uma adaptação da classificação ocupacional usada pelos autores em questão, com o objetivo de entender a mobilidade social e as desigualdades de oportunidades no Brasil, usando dados das PNADs dos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996. Essas tipologias são

6. Na tipologia proposta por Erikson e Goldthorpe (1992), as divisões de classe são oriundas das relações e das condições de emprego, por isso as categorias tentam agrupar as profissões baseadas nas unidades de produção em que o trabalhador está inserido (por exemplo, trabalhador agrícola, administrador) e na posição que ele ocupa dentro do mercado de trabalho (por exemplo, empregado, empregador, autônomo).

classificadas como neweberianas e podem ser usadas para comparações internacionais com países que adotem o esquema Erikson-Goldthorpe-Portocarero – EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979; Erikson e Goldthorpe, 1992) ou Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations (Casmin),<sup>7</sup> proposto especificamente para estudos comparativos.

Ribeiro (2007) propõe distintas formas de agrupar as ocupações brasileiras, de acordo com sua necessidade analítica, mediante o cruzamento das tipologias Casmin com a tipologia proposta por Silva (2003). Na figura 2, está descrito o esquema analítico do autor. Nota-se que seu ponto de partida é o esquema Casmin, com sete classes, cujo objetivo é realizar uma comparação internacional. Algumas adaptações foram feitas nessa tipologia mais enxuta, da qual derivam as onze classes (Ribeiro, 2003).

A tipologia expandida para dezesseis classes, que está na segunda coluna da figura 2, é um desdobramento do agrupamento de duas classes trabalhadoras (VI e VIIa) do *esquema Casmin 11 classes* para captar melhor a mobilidade social intergeracional no Brasil. O autor reforça que

outras subdivisões seriam possíveis, mas não poderiam ser utilizadas em análises de mobilidade social baseadas em tabelas de mobilidade. As tabelas cruzando classes de origem (definidas pela ocupação do pai) e de destino (definidas pela ocupação dos respondentes) tornam-se muito esparsas quando se utilizam mais do que dezesseis categorias de classe (Ribeiro, 2007, p. 114).

Com isso, a estatística qui-quadrado, utilizada para testar diversos modelos, será indeterminada, o que dificulta o ajuste dos parâmetros da análise e a verificação do método mais adequado para cada caso estudado.

É importante destacar que o uso de dezesseis categorias ao invés de onze ou sete, como nas outras tipologias apresentadas, possibilita observar movimentos entre classes que ficam invisíveis com poucas categorias. Essa tipologia também consegue captar os efeitos das mudanças estruturais entre as gerações e também os efeitos relacionados com o grau de desigualdade e oportunidades que impactam a mobilidade social (Ribeiro, 2007).

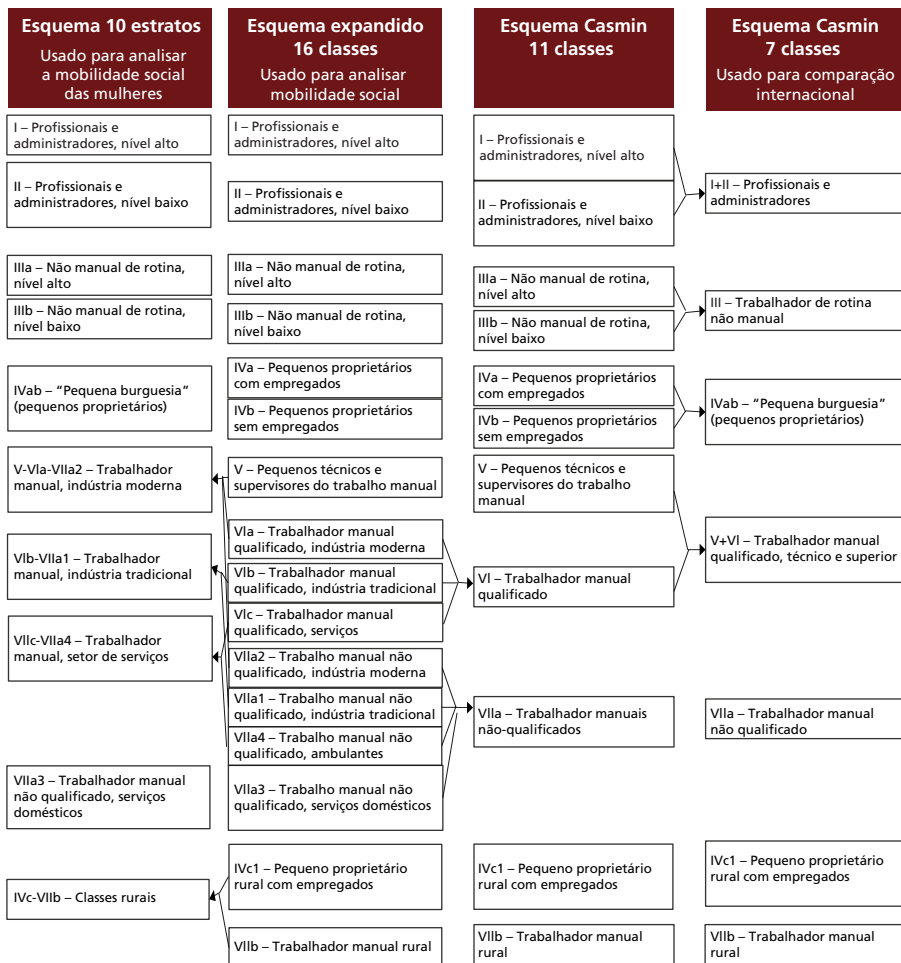
Por fim, o esquema com dez classes foi usado para analisar a mobilidade social das mulheres no Brasil. Como a estrutura ocupacional feminina se mostrou diferente da masculina, o autor agregou as classes de trabalhadores manuais na indústria (V, VIa e VIIa2; VIIb e VIIa1; VIc e VIIa4) em três categorias. Também foi necessário agrupar as classes rurais (IVc e VIIb). Essas mudanças foram realizadas em função

---

7. Nessa tipologia há distinção entre os tipos de relação de emprego (proprietários e empregados). Entre os empregados, há distinção entre o tipo de contrato. Também é usada a divisão de trabalho não manual urbano, manual urbano e rural (Ribeiro, 2007).

da pequena quantidade de mulheres nesses estratos. A categoria de trabalhadores manuais não qualificados – serviços domésticos (VIIa) – ficou separada das demais categorias de trabalhadores manuais não qualificados, porque muitas ocupações que empregam as mulheres estão inseridas nessa classificação.

FIGURA 2  
Esquema de classes e suas subdivisões



Fonte: Ribeiro (2007).

Ao observar as tipologias propostas por Scalon (1999) e Ribeiro (2007), nota-se que a questão fundamental sobre a diferença das tipologias propostas são suas perguntas de pesquisa. Cada pesquisador adaptou as tipologias existentes para analisar os dados de maneira mais adequada, mas o constructo de ambas as tipologias apresenta semelhanças, a saber: parte da tipologia de Silva (1992) busca

mensurar mobilidade e tem como pressuposto teórico a perspectiva neoweberiana apoiada na estrutura de classes discutida por Erikson e Goldthorpe (1992). Uma das diferenças significativas é o interesse de Ribeiro (2007) em compatibilizar sua tipologia com o Casmin para ter a possibilidade de realizar comparações internacionais e também usar uma série histórica maior.

#### 2.4 José Alcides Figueiredo Santos: classificação socioeconômica

A tipologia socioeconômica construída por Santos (2002; 2005; 2013) baseia-se na abordagem teórica e metodológica da tradição de classe neomarxista, cuja estrutura da desigualdade de classe se fundamenta na “desigualdade de direitos e de poderes sobre a propriedade e o controle dos ativos produtores de valor” (Santos, 2011, p. 27-55). Na tipologia, o indivíduo é a unidade de análise observacional, e a noção de localização ou posição de classe do indivíduo implica a posição desse indivíduo nas relações de classe.

Com a tipologia ancorada na vertente de Erik Olin Wright, o estudo se baseia em nexos de dominação/exploração e em localizações contraditórias de classe. Essas localizações variam conforme a propriedade de ativos e a hierarquia da posição de classe.

Uma outra contribuição teórica na tipologia socioeconômica de Figueiredo Santos é a do neoweberiano John Goldthorpe. O esquema de classe do autor citado distingue as posições dentro dos mercados de trabalho e nas unidades produção, o que significa demarcar as posições referentes ao emprego que as posições presumem (Erikson e Goldthorpe, 1992 *apud* Santos, 2005).

Segundo Figueiredo Santos, os dois esquemas de classe convergem em pontos importantes, pois ambos compreendem a relação capital-trabalho como definidora do eixo principal das relações de classe no capitalismo e

destacam a importância das categorias sociais profissionais, gerentes e executivos, funcionários burocráticos, empregados altamente qualificados, que não se encaixam propriamente nas relações de classe polarizadas entre capitalistas e trabalhadores (Santos, 2005, p. 32).

A dimensão fundamental na tipologia socioeconômica é a noção da estrutura de classes que se refere à organização do conjunto das relações e às localizações de classe. Verifica-se nessa estrutura a existência de uma lógica fundamental de circunstâncias que ordenam “recursos, condições da atividade e recompensas adquiridas, envolvendo o que a pessoa tem (ativos), o que faz com o que tem (ativos), o que faz com o que obtém (bem-estar)” (Santos, 2013, p. 43).

A tipologia socioeconômica foi recentemente atualizada e demonstrada no trabalho *Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil* (Santos, 2013). Figueiredo Santos elaborou as categorias de classe com base na

exaustividade (para que cada caso pertença a uma categoria) e na exclusividade (para que nenhum caso esteja em mais de um agrupamento). As categorias são internamente homogêneas com respeito aos atributos relevantes e claramente separadas (e dessemelhantes) das demais classes propostas.

O desenho da tipologia indica quatro agrupamentos e dezesseis posições de classe (quadro 2).

**QUADRO 2**  
**Tipologia de classe socioeconômica para o Brasil**

Posições de classe	Agrupamento de classe
Capitalista e fazendeiro	Posições privilegiadas
Especialista autônomo	
Gerente	
Empregado especialista	
Pequeno empregador	
Autônomo com ativos	Controladores de ativos de menor valor
Autônomo agrícola	
Empregado qualificado	Classe trabalhadora “não destituída”
Supervisor	
Trabalhador típico	
Trabalhador elementar	Destituídos de ativos
Autônomo precário	
Empregado doméstico	
Agrícola precário	
Trabalhador de subsistência	
Trabalhador excedente	

Fonte: Tabulações especiais baseadas nos microdados da PNAD 2008; e Santos (2013, p. 48).  
Elaboração: José Alcides Figueiredo.

## 2.5 Observatório das Metrôpoles: tipologia socioespacial

A tipologia proposta pelo Observatório das Metrôpoles busca inserir o território na análise da estrutura ocupacional, pois, no modo como as metrôpoles estão organizadas, o trabalho é a principal categoria analítica para a compreensão dos processos sociais que lhe são inerentes.

A construção dessa tipologia sócio-ocupacional tem como premissa que a relação entre a economia e o território não se estabelece de forma direta, porque os mecanismos de mediação entre essas dimensões não invalidam a análise dos impactos que as mudanças econômicas podem gerar sobre a organização social do território. Dito isso, a relação entre economia e território é condicionante estrutural da organização espacial das metrôpoles.

O Observatório das Metrópoles se inspirou em Bourdieu (2007) para agregar as ocupações em oito estratos, pois o entendimento das classes sociais (ou de frações de classe) só é possível por meio da análise da posição que elas ocupam no espaço social em relação às outras.

Cabe destacar que o espaço social está inscrito no espaço físico. O território pode ser considerado como uma expressão do espaço social e da relação entre agentes, ou seja, entre as classes sociais. O campo é um espaço objetivamente estruturado e há relação entre agentes diferencialmente posicionados. Essa posição implica a distribuição e o acesso desigual de recursos materiais e simbólicos. Há capitais múltiplos, altamente diversificados nos vários campos, que acarretam distintas apropriações de bens materiais, culturais e ideais escassos. Por isso, o espaço social é o ponto de partida para a interpretação da organização social do território metropolitano.

O modo analítico de operar as ocupações para agregá-las na tipologia proposta é perceber os traços comuns existentes entre agentes ou classes sociais que ocupam posições de proximidade. Assim, os processos de organização do espaço social resultam nestes aspectos: i) posições na estrutura social; ii) desigualdades de condições de vida e de oportunidades que decorrem da organização; e iii) como as distâncias implicam padrões de interação e sociabilidade.

Dito isso, a tipologia em questão está centrada nas seguintes diferenciações: i) relação capital x trabalho; ii) trabalho manual x trabalho não manual; iii) trabalho de comando x trabalho subordinado; e iv) trabalho público x trabalho privado. Baseados nos critérios citados, usando as informações sobre a ocupação principal do indivíduo e cruzando-as com a renda, a escolaridade, a situação na ocupação, o setor de atividade econômica e o setor institucional, foram definidos oito grandes grupos sócio-ocupacionais que podem ser subdivididos em 24 subcategorias (Ribeiro e Ribeiro, 2011). Como atualização dessa classificação inicial, foram acrescentadas por Ribeiro, Ribeiro e Costa (2013) as seguintes categorias: dominante, média e popular. No livro *Transformações no mundo do trabalho: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas*, o capítulo metodológico escrito por Aragão, Matos e Ribeiro (2020) descreve cada categoria sócio-ocupacional e como foram construídos os dados, possibilitando que outros pesquisadores repliquem a tipologia em questão. O quadro 3 sumariza as categorias propostas pelo grupo de pesquisa.

Cabe ressaltar que essa tipologia proposta também busca captar a segregação socioespacial que ocorre no território, pois essa diferenciação decorre da crescente especialização de tarefas resultantes do aumento na divisão do trabalho. Nesse sentido, a estratificação é a diferença existente na distribuição das categorias propostas no território.



**QUADRO 3**  
**Tipologia – Observatório das Metrôpoles**

Classes sociais	Agregados sócio-ocupacionais	Categorias sócio-ocupacionais
Classe dominante	Dirigentes	Grandes empregadores
		Dirigentes do setor público
		Dirigentes do setor privado
	Profissionais de nível superior	Profissionais autônomos de nível superior
		Profissionais estatutários de nível superior
		Profissionais empregados de nível superior
		Professores de nível superior
Classe média	Pequenos empregadores	Pequenos empregadores
	Ocupações médias	Artistas e similares
		Ocupações de supervisão
		Ocupações de escritório
		Ocupações técnicas
		Ocupações da saúde e da educação
		Ocupações da justiça, da segurança pública e dos Correios
Classe popular	Trabalhadores do secundário	Trabalhadores da indústria moderna
		Trabalhadores da indústria tradicional
		Trabalhadores dos serviços auxiliares
		Operários da construção civil
	Trabalhadores do terciário especializado	Trabalhadores do comércio
		Prestadores de serviços especializados
	Trabalhadores do terciário não especializado	Prestadores de serviços não especializados
		Ambulantes e biscateiros
		Trabalhadores domésticos
	Trabalhadores agrícolas	Agricultores

Fontes: Ribeiro e Ribeiro (2011); Ribeiro, Ribeiro e Costa (2013); e Aragão, Matos e Ribeiro (2020).

## **2.6 Adalberto Cardoso e Edmond Préteceille: tipologia sócio-ocupacional com enfoque nas classes médias**

O debate recente sobre a classe média no Brasil trouxe também a discussão de como mensurá-la. Nesse sentido, Cardoso e Préteceille (2017) afirmam que uma boa maneira de compreender as classes médias, no contexto das mudanças sociais e econômicas ocorridas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), seria através da ocupação, e não somente da renda, como feito anteriormente por Neri (2008).

Na percepção dos autores, as tipologias ocupacionais usadas nos estudos de estratificação no Brasil não captam bem os estratos intermediários da sociedade. Por isso, eles adaptaram à realidade brasileira as categorias socioprofissionais francesas.

Essas categorias foram definidas pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee), homólogo francês ao IBGE, e são o produto híbrido de: i) categorias elaboradas por estatísticos que têm, no ponto de partida, inspiração marxista; ii) classificações profissionais oriundas de negociações coletivas entre patrões e empregados no pós-guerra; e iii) discussões com pesquisadores das ciências sociais para incluir as contribuições da sociologia, principalmente aquela inspirada por Pierre Bourdieu nos anos 1970 (Cardoso e Prêteceille, 2017, p. 15).

As adaptações feitas pelos pesquisadores tiveram o intuito de aproximar as profissões descritas pelos franceses à realidade brasileira. Na classificação francesa, há separação entre operários qualificados e não qualificados, o que foi adaptado para operários formais e informais com o intuito de captar também a informalidade nesse setor.

Já os trabalhadores manuais foram classificados com base no fato de contribuírem ou não para a previdência. Aqueles que contribuem foram classificados como operários, e os que não contribuem foram classificados como artesãos.

As classes médias foram representadas nessa tipologia pelo grande grupo chamado CS4, que abriga as profissões consideradas intermediárias; as categorias contidas nesse grupo são descritas a seguir.

- CS42 – professores dos ensinos fundamental e médio, bem como instrutores.
- CS43 – profissões intermediárias da saúde e do trabalho social.
- CS44 – clérigos e religiosos.
- CS45 – profissões intermediárias administrativas da administração pública.
- CS46 – profissões intermediárias administrativas e comerciais das empresas.
- CS47 – técnicos.
- CS48 – contramestres, agentes de supervisão do trabalho.

Cardoso e Prêteceille (2017) também estavam interessados em captar em sua tipologia os grupos ocupacionais intermediários localizados muito próximos das classes superiores e aqueles próximos das classes mais baixas. Por isso, os autores definiram os dois grupos sócio-ocupacionais também de classes intermediárias. Eles foram denominados classes médias altas e classes médias baixas. Os grupos ocupacionais que compõem as classes médias altas são expostos adiante.

- CS34 – professores do ensino secundário.
- CS35 – profissões de informação, artes e espetáculos.
- CS37 e CS38 não dirigentes – engenheiros de altos cargos; comerciais administrativos das empresas sem cargos de direção ou gerência.

Já os grupos ocupacionais que compõem as classes médias baixas são identificados a seguir.

- CS52 – assalariados civis e agentes do serviço público.
- CS54 – trabalhadores não manuais de escritório.

Essa tipologia é uma das propostas mais recentes e ainda não foi utilizada por outros pesquisadores além dos que a criaram. Contudo, a possibilidade de ter um agrupamento ocupacional mais sensível às classes médias é uma ferramenta metodológica interessante para quem trabalha com temas relacionados às classes médias no Brasil.

### 3 QUADRO-SÍNTESE DAS TIPOLOGIAS OCUPACIONAIS

A construção de um quadro comparativo (quadro 4) entre as tipologias apresentadas demonstrou que os autores usam quantidades distintas de categorias, e esse fato está atrelado a como o pesquisador vai analisar seu problema de pesquisa, além do método empregado nas análises. A influência teórica de Bourdieu (2007) serviu como referência para duas tipologias: Observatório das Metrôpoles e sócio-ocupacional com base na classe média. Já a contribuição de Erikson e Goldthorpe (1992) pode ser observada, especialmente, em três tipologias: na tipologia sócio-ocupacional de Nelson do Valle Silva e nas tipologias da Maria Celi Ramos da Cruz Scalon e de Carlos Antonio Costa Ribeiro, ambos com ênfase na mobilidade social.

Cabe destacar que Scalon (1999) e Ribeiro (2007) são influenciados pela mesma corrente teórica, pois têm como tema de pesquisa a mobilidade social no Brasil e partem de uma tipologia similar, que é a de Silva (2003). Ressalta-se a importante influência do neomarxista Erik Olin Wright (1997) na tipologia socioeconômica para o Brasil, elaborada por Santos (2002; 2005), com base principalmente na compreensão do acesso desigual aos ativos de produção para a formação das classes sociais no país. Entretanto, é fundamental destacar que a tipologia também apresentou, ainda que em menor medida, a contribuição de Goldthorpe (1972).

**QUADRO 4**  
**Síntese das tipologias ocupacionais**

Pesquisador (a)	Tipologia	Influência teórica	Metodologia/ operacionalização	Quantidade de categorias	Intencionalidade de aplicação inicial
Nelson do Valle Silva	Tipologia Sócio-Ocupacional	Erikson e Goldthorpe (1992)	Puramente ocupacional, utilizando a variável "ocupação principal", "ramo de atividade" e "posição da ocupação", da classificação ocupacional do IBGE.	16 categorias	1) caracterizar a situação atual de trabalho dos indivíduos; e 2) acompanhar sua trajetória de mobilidade social através da comparação da situação atual do indivíduo com a situação paterna ou com sua posição na entrada no mercado de trabalho.
Maria Celi Ramos da Cruz Scalton	Mobilidade	Erikson e Goldthorpe (1992)	Critérios para o agrupamento das classes foram a situação do mercado e a situação de trabalho, inspirada em Silva (1992) e Hasenbalg e Salazar (1994).	18 categorias	1) Analisar a mobilidade social no Brasil; e 2) Diagnosticar as possíveis desigualdades de gênero dentro de um sistema de estratificação por classes
Carlos Antônio Costa Ribeiro	Mobilidade	Erikson e Goldthorpe (1992)	Parte do esquema CASMIN com sete classes para possibilitar uma comparação internacional e se inspira em Silva (1979, 2003), Scalton (1998, 1999)	Tipologia expandida de 16 classes; Tipologia de 11 classes.	1) Analisar a mobilidade social no Brasil em distintos períodos de tempo; 2) Viabilizar comparações internacionais; e 3) Analisar a mobilidade social das mulheres no Brasil.
José Alcides Figueiredo Santos	Tipologia Socioeconômica para o Brasil	Predominância de Erik Olin Wright (1997); John Goldthorpe.	Desigualdade de direitos e de poderes sobre a propriedade e o controle dos ativos produtores de valor; Novo ativo/exploração. Dados: Base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).	Quatro agrupamentos de classes Tipologia de 16 classes	1)- Constituir-se em um instrumento para o aperfeiçoamento da caracterização, descrição e explicação dos processos da (re) produção da desigualdade no Brasil; 2)- Compreender as consequências das divisões socio-econômicas e da transversalidade dos impactos com as demais desigualdades dos países.
Observatório das Metrópoles	Observatório das Metrópoles	Pierre Bourdieu (2007)	Tipologia está centrada nas diferenciações: I) Relação capital X Trabalho; II) Trabalho manual X Trabalho não-manual; III) Trabalho de comando X Trabalho Subordinado e IV) Trabalho público X Trabalho privado.	8 grandes grupos sócio-ocupacionais, subdivididos em 24 subcategorias sócio-ocupacionais	1) Inserir o território na análise da estrutura ocupacional; e 2) Mensurar a segregação a partir do trabalho dos indivíduos.
Adalberto Cardoso e Edmond Pretelle	Tipologia Sócio-Ocupacional com base na Classe Média	Pierre Bourdieu (2007)	Esquema inspirado no Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE).	12 grupos ocupacionais representam a classe média, divididos por 3 subcategorias: 1) classe média; 2) classe média alta; 3) classe média baixa.	1) Analisar a estratificação social na classe média brasileira; e 2) Possibilitar a comparação com a realidade francesa.

Elaboração das autoras.

Nota: 1 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>.

Compreendeu-se que cada pesquisador apresenta um objetivo com a confecção das tipologias de classe. Silva (2003) estava interessado em analisar o ciclo de vida; Scalón (1999) e Ribeiro (2007) se debruçaram sobre a mobilidade social; Santos (2002; 2005) trabalhou com a desigualdade e a estratificação econômica; o Observatório das Metrôpoles (Ribeiro e Ribeiro, 2011; Ribeiro, Ribeiro e Costa, 2013; Aragão, Matos e Ribeiro, 2020) buscou entender a estratificação relacionada com o território, que pode implicar segregação socioespacial; e Cardoso e Préteceille (2017) buscaram entender as classes médias. Dessa forma, as tipologias são escolhidas para a realidade da estrutura social brasileira com base nos objetivos das pesquisas e na linhagem teórico-metodológica assumida pelos pesquisadores ao proporem uma forma de agrupar as ocupações no Brasil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as formas de se compreenderem os mecanismos causais das desigualdades, as abordagens teóricas de classe, *status*, campo, cultura, espaço e território são como eixos analíticos centrais para a verificação dos processos de formação da estratificação e da mobilidade na sociedade.

As tipologias tratadas neste estudo foram as seguintes classificações: sócio-ocupacionais, com ênfase na mobilidade, como em Silva, Scalón e Ribeiro; socioeconômica, referente ao acesso e à propriedade desigual dos ativos produtores de valor, com o nexo ativo/exploração de Figueiredo Santos; socioespacial do Observatório das Metrôpoles; e, finalmente, ocupacional, com base na classe média, segundo Cardoso e Préteceille.

Parte substancial da base teórica e metodológica da construção das tipologias de classes para a realidade brasileira vem das influências teóricas da sociologia contemporânea de Erikson e Goldthorpe; Erik Olin Wright; e Pierre Bourdieu.

É importante ressaltar que uma tipologia de classe é um instrumento analítico que deve conter as distinções necessárias para tornar visível o processo estudado. Nesse sentido, a escala ocupacional reflete uma série de distinções/agrupamentos oriundos de um conjunto de teorias, proposições, hipóteses. As distinções existentes entre as tipologias, muitas vezes, dizem respeito a questões suscitadas por diversas tradições teóricas, por exemplo, a teoria da modernização e o marxismo, ou seja, um misto de teorias cujas diferenciações decorrentes são aplicáveis a diferentes locais da estrutura ocupacional. Nesse sentido, fica claro que as tipologias aqui apresentadas não têm uma única inspiração teórica geral.

Assim, este estudo apresentou breve descrição da metodologia e a intenção de cada pesquisador ao agregar as ocupações e as posições de classe. Espera-se que essa contribuição metodológica sirva de base para estudos introdutórios sobre a desigualdade e a estratificação no Brasil, em suas diversas formas, e motive os pesquisadores a se aprofundarem em um tema tão caro para a ciência social do país.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, T. A.; MATOS, D. D.; RIBEIRO, M. G. Anexo metodológico. *In*: RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. (Org.). **Transformações no mundo do trabalho**: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 600-644.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 556 p.
- BREEN, R. Foundations of a neo-Weberian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 31-50.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.
- DUNCAN, O. D. How destination depends on origin in the occupational mobility table. **American Journal of Sociology**, v. 84, n. 4, p. 793-803, 1979.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. v. 2.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.
- GIDDENS, A. **The class structure of the advanced societies**. Nova York: Harper and Row, 1973.
- GOLDTHORPE, J. H.; HOPE, K. **The social grading of occupations**: a new approach and scale. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- HASENBALG, C.; SALAZAR, G. Perspectivas sobre raza y clase en Brasil. **Estudios Sociológicos**, v. 12, n. 34, p. 75-99, 1994.
- MEDEIROS, M. As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 57, p. 69-89, 2004.
- NERI, M. C. (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/Ibre; CPS, 2008.
- PARKIN, F. Strategies of social closure in class formation. *In*: PARKIN, F. (Ed.). **The social analysis of class structure**. Londres: Tavistock, 1974. p. 1-19.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, C. A. C. Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 381-430.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros: 1 – teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 65.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos**. Rio de Janeiro: INCT/CNPq; Observatório das Metrópoles, 2011.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. Estrutura social do Brasil Metropolitano. *In*: RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital, 2013. p. 19-39.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 26, n. 75, fev. 2011.

SANTOS, J. A. F. Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. **Cadernos do Itaboraí**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2013.

SANTOS, J. A. F. III – Primeira Sessão: Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. *In*: ROSENBERG, F. J. (Ed.). **Classes sociais, território e saúde: questões metodológicas e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2013. (Cadernos do Itaboraí, n. 1). v. 1, p. 39-59. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2014/09/Cadernos-do-Itabora%C3%AD-Vers%C3%A3o-Digital.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para a escolha de uma classificação. **Dados**, v. 41, n. 2, 1998.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Iuperj; Revam, 1999.

SILVA, N. do V. As duas faces da mobilidade. **Dados**, n. 21, p. 49-67, 1979.

SILVA, N. do V. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1992.

SILVA, N. do V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 34-54.

TREIMAN, D. J. (Ed.). **Occupational prestige in comparative perspective**. Nova York: Academic Press, 1977.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WILSON, W. J. (Ed.). **The declining significance of race**: blacks and changing American institutions. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

WILSON, W. J. (Ed.). **The ghetto underclass**: social science perspectives. Thousand Oaks: Sage Publications, 1993.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHAES, F. A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros**: 1 – teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

SANTOS, J. A. F. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 5-40, 2011.



